



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Processo nº: eTC-4499.989.23

Senhora Assessora Procuradora-Chefe Substituta.

Tratam os presentes autos do exame das contas anuais da Prefeitura Municipal de **Olímpia** referente ao exercício de 2023.

Devidamente notificado, evento 145, o responsável pelas contas apresentou alegações, evento 183.

A inspeção esteve a cargo da UR-19. Cabe a esta Unidade a análise dos aspectos da gestão fiscal [orçamentário, financeiro e patrimonial] do Município, tendo por base, os dados contidos no relato da fiscalização, visando assim, dar cumprimento à r. determinação, evento 188.

Segundo o relatório da fiscalização, os resultados apresentados foram os seguintes (evento 141, arquivo 141.66, página 99):

CONTROLE INTERNO	Irregular
HOUE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	Não
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (superávit)	6,55%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	17,35%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Desfavorável
PRECATORIOS - Foi suficiente o pagamento/dépósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATORIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitos de baixa monta?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Sim
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	Sim
RPPS – Relação da situação do RPPS com as contas do Ente	Favorável
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	28,85%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, I, da LRF?	Sim
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da Constituição Federal-CF (mínimo 25%)	26,93%
ENSINO - Fundeb¹ aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (mínimo 70%)	87,33%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (mínimo 90%)	92,54%
ENSINO – Fundeb: Se diferida, a parcela residual do montante recebido no exercício examinado (até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício seguinte?	Sim
ENSINO – Fundeb: Complementação União VAAT Despesa Capital (mínimo 15%)	Prejudicado
ENSINO – Fundeb: Complementação União VAAT – Aplicado no mínimo o Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Prejudicado
SAÚDE - Aplicação na Saúde (mínimo 15%)	24,84%

O município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M, evento 141, arquivo, 141.66 página 3:

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
IEG-M	B	B	B	B
i-Planejamento	C+	C	C+	C+
i-Fiscal	B	B+	B	B
i-Educ	B	B	C+	B
i-Saúde	B	B	B	B
i-Amb	B	C	C+	B
i-Cidade	C+	B	C+	B+
i-Gov-TI	B	C+	C+	B

A nota C+ no item Planejamento indica que a prefeitura está em "em fase de adequação". Para melhorar essa nota, a Prefeitura deve incentivar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



a participação popular, realizar audiências públicas em horários acessíveis e usar plataformas tecnológicas para ampliar a participação. Os responsáveis pelo orçamento devem ser bem preparados e capacitados, o que pode ser alcançado por meio de treinamentos constantes e especialização dos setores de planejamento e controle.

A obtenção da nota B -efetiva- no i-Fiscal pelo município sugere que ele tem conseguido manter um controle adequado sobre suas receitas e despesas, cumprindo com as obrigações fiscais e legais básicas.

DA GESTÃO FISCAL.

peças contábeis, arquivo 141.19, evento 141.

Resultado da Execução Orçamentária.

(evento 141, arquivo 141.66, página 52, item C.1.1)

A administração direta [Prefeitura + Câmara], com base nos dados gerados pelo sistema Audesp, obteve resultado da execução orçamentária de superávit de R\$ 27.246.530,57 ou 6,55%.

O resultado positivo obtido demonstra uma gestão eficiente dos recursos públicos.

O resultado da execução orçamentária e os investimentos, com base na despesa liquidada e nos Restos a Pagar Não Processados liquidados em cada exercício, apresentaram os seguintes percentuais:

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
2023	Superávit de	6,55%	17,35%
2022	Déficit de	5,64%	16,04%
2021	Superávit de	8,10%	8,26%
2020	Superávit de	2,48%	10,45%

O Município procedeu à abertura de créditos suplementares adicionais e promoveu transferências, remanejamentos e transposições equivalente a R\$ 180.146.970,70 ou 50,25% da despesa fixada¹.

Dado que os impactos não foram suficientemente significativos para prejudicar a administração, uma vez que os resultados apurados pela Fiscalização foram positivos, e caso este também seja o entendimento do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, poderá ser emitida uma determinação rigorosa para que o planejamento seja aperfeiçoado e, conseqüentemente, as previsões orçamentárias sejam ajustadas, visando restringir as alterações orçamentárias a um índice inferior ao da inflação registrada.

¹ R\$ 358.486.117,84, página 12, arquivo 141.13, evento 141.



Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial.

(evento 141, arquivo 141.66, página 55, item C.1.2)

O resultado financeiro ao final do exercício foi superavitário em R\$ 66.674.599,42. O resultado econômico, de R\$ 89.092.807,97, e o patrimonial, de R\$ 698.987.886,89, também foram positivos.

Os resultados obtidos de superávit refletem uma gestão financeira eficaz e um compromisso com a responsabilidade fiscal.

Dívida de Curto Prazo.

(evento 141, arquivo 141.66, página 55, item C.1.3)

A municipalidade possuía, ao final do exercício, disponibilidade financeira suficiente para a cobertura da dívida de curto prazo registrada no Passivo Financeiro, que totalizava R\$ 40.202.853,08. Isso se deve ao saldo disponível na conta de caixa e equivalentes de caixa do Ativo Financeiro, que era de R\$ 97.861.265,22, conforme consta no arquivo 141.19, evento 141, página 10, o que é um indicativo positivo da gestão financeira do município.

Dívida de Longo Prazo.

(evento 141, arquivo 141.66, página 55, item C.1.4)

Existiu uma elevação de 47,80%, no saldo da dívida fundada. O inciso II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, estabelece que o limite máximo de endividamento em longo prazo para os Municípios é de 120% da Receita Corrente Líquida, o saldo da dívida de longo prazo é de R\$ 89.124.740,52, que representa apenas 21,35% da RCL², estando, portanto, a municipalidade bem abaixo do limite máximo legal.

Precatórios.

(evento 141, arquivo 141.66, página 56, item C.1.5)

Acerca dos precatórios, foi informado que a municipalidade estava enquadrada no Regime Ordinário de Pagamento de Precatórios.

Foi atestado pela fiscalização que não existia dívida dessa natureza durante o exercício em análise, visto que os valores depositados pelo município no exercício de 2022 serão suficientes para a quitação da dívida total até o Mapa Orçamentário de 2023, arquivo 141.25.

² R\$ 417.392.495,07, página 1, arquivo 141.40, evento 141.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Quanto aos requerimentos de baixa monta, consta que os pagamentos ocorreram num total de R\$ 132.790,62; sendo quitados todos os RBM incidentes no exercício.

Depósitos Judiciais e Extrajudiciais – LC nº 151/2015 e EC nº 94/2016 e nº 99/2017.

(evento 141, arquivo 141.66, página 58, item C.1.6)

Constou do relatório de inspeção que os registros contábeis não observaram as orientações previstas na Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 15 da Secretaria do Tesouro Nacional, consoante o disposto no Comunicado SDG nº 29, de 27 de maio 2021.

O apontado é uma falha que compromete a conformidade e a transparência das demonstrações contábeis da entidade. A não observância dessas orientações pode resultar em inconsistências nos dados contábeis, dificultando a análise e a fiscalização das contas públicas. Além disso, essa falha pode comprometer a tomada de decisões informadas por parte dos gestores públicos e prejudicar a transparência e a prestação de contas à sociedade. Penso que poderá caber severa recomendação para que a entidade adote imediatamente as medidas corretivas necessárias para alinhar seus registros contábeis às orientações da IPC 15, conforme estipulado no Comunicado SDG nº 29/2021.

Encargos.

(evento 141, arquivo 141.66, página 59, item C.1.7)

O relatório indicou que a origem apresentou as guias referentes ao recolhimento dos encargos sociais, não sendo apontadas irregularidades.

Relatou a instrução que a Prefeitura cumpriu, no exercício, com o valor devido dos acordos de parcelamentos perante o INSS e RPPS.

O Regime Próprio de Previdência - RPPS é administrado pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Olímpia, cujas contas estão abrigadas no eTC-2641.989.23.

Consta no arquivo 141.36, evento 141, o CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária.

Opinião desta assessoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Acredito que os resultados contábeis obtidos pela municipalidade não prejudicaram o equilíbrio das contas, onde o resultado orçamentário foi de superávit. Os outros resultados -financeiro, econômico e patrimonial- apresentaram uma situação positiva e melhor (financeiro e patrimonial) do que o exercício anterior.

Quanto ao endividamento do município existiu cobertura financeira para os compromissos de curto prazo e os de longo prazo estão dentro do limite permitido. O percentual de investimento no exercício ora em análise foi de 17,35%.

A situação fiscal, segundo o quadro delineado acima, evidencia que a municipalidade mostrou uma posição satisfatória. Apesar das falhas detectadas, que precisam de correção, as contas da Prefeitura não são comprometidas no geral, cumprindo assim o princípio da gestão equilibrada previsto no artigo 1º, § 1º, da LRF.

Conclusão.

A Prefeitura analisada obteve, nos quatro últimos exercícios, os seguintes Pareceres na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres	Data do Trânsito em Julgado da Decisão
2022	eTC-4268.989.22	favorável	05/12/24
2021	eTC-7221.989.20	favorável	20/02/24
2020	eTC-3238.989.20	favorável	15/12/22
2019	eTC-4890.989.19	favorável	13/08/21

Assim, propondo recomendações, opino pela emissão de Parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura de **Olímpia**, relativas ao exercício de 2023. Ressalvo, entretanto, que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À consideração de Vossa Senhoria.
ATJ, 16 de janeiro de 2025.

Sérgio Ferraz de Campos Luciano
Assessoria Técnica